

A mulher e a unidade de análise **

INTRODUÇÃO

O objectivo desta comunicação é considerar o que uma perspectiva de antropologia social poderá significar para uma análise das mulheres e da transformação rural em Portugal. A comunicação é de carácter exploratório, teórico e pré-empírico: tem a ver com *uma aproximação*, e não com dados, pelo menos de momento. No entanto, recorre a material comparado — estratégia que, além de ser importante para este projecto, é por nós considerada intrínseca ao método antropológico.

A discussão compreende duas partes principais:

1. O problema metodológico da unidade de análise dentro da qual, ou através da qual, as mulheres entram na problemática: não se trata meramente de decidir entre, por exemplo, comunidade local, propriedade familiar (*family holding*) ou exploração familiar (*family farm*). O passo metodológico através do qual as mulheres são enquadradas estabelece o problema, no sentido em que cada um destes conceitos é uma construção teórica que gerou já à sua volta um debate considerável. Esta contextualização também rejeita qualquer noção das mulheres como categoria única ou absoluto categórico.

2. Em seguida existe o problema teórico de se determinar de que forma a «inclusão» das mulheres na análise da transformação rural pode provocar uma revisão das categorias estabelecidas da economia política que têm sido usadas na teoria da produção mercantil simples, ou da pequena agricultura: «produção» e «reprodução», como categorias de análise da agricultura doméstica, ilustram este problema.

A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E A UNIDADE DE ANÁLISE

Uma das técnicas antropológicas mais famosas — a observação participante — joga com o grau em que o antropólogo é, em relação à comunidade que está a estudar, ao mesmo tempo membro e estranho (*insider* e *outsider*) (cf. Strathern, 1981b). Aqui, o desenvolvimento do *rapport* (isto é, o processo de aprendizagem da cultura e da língua da comunidade) faz parte do rito de passagem que o praticante tem de realizar antes de ganhar a aceitação da comunidade profissional. Existe um número crescente de relatos de «bastidor» em que se revelam as tribulações dos antropólogos e

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Texto definitivo da comunicação originalmente intitulado «Discursos sobre a mulher: uma perspectiva da antropologia social». Tradução de José Moura Carvalho, revista pela autora.

que falam normalmente de um ponto crucial de viragem no seu trabalho de campo, depois do qual estabeleceram, de algum modo, o direito à existência nessa sociedade. O relato que Geertz faz da luta de galos no Bali é um exemplo bem conhecido; a análise (goffmanesca) de Berreman das «muitas máscaras» usadas na aldeia dos Himalaias por ele estudadas é um outro exemplo. O antropólogo nunca está «fora das horas de expediente»; o seu envolvimento activo nas situações do quotidiano permite-lhe um acesso privilegiado ao funcionamento interno da «sua» sociedade. O acaso pode levá-lo a uma determinada aldeia; o acaso atirá-lo-á para o interior dos processos dessa aldeia. A sua perspicácia e simpatia (ou antipatia) serão importantes para o que ele conseguir ver (ou não).

Mas será justa esta imagem da especificidade da antropologia? Esta questão metodológica tornou-se crucial no momento em que a antropologia desviou a atenção para as chamadas sociedades complexas onde ela se encontra e, até certo ponto, se tem de afirmar contra as outras ciências sociais, em especial a sociologia e a história. No fundo, a observação participante só se refere a uma fase do processo de investigação: a fase de interacção em que os elementos subjectivos (em teoria) fazem a sua entrada no processo de formulação do problema e da construção da hipótese quando o antropólogo e a realidade empírica se defrontam¹. Contudo, o que procede e o que se segue ao trabalho de campo tem, pelo menos, a mesma importância. Ou seja, existe um determinado paradigma no interior do qual ocorrem os debates contemporâneos (por exemplo, funcionalistas, estrutural-funcionalistas, estruturalistas, marxistas). Existem certos passos e perspectivas bem estabelecidos em relação a um certo tópico, como, por exemplo, a adolescência, o casamento, a bastardia, a morte e a herança; o ofício do antropólogo depende, em última instância, da confirmação da ortodoxia ou, preferivelmente, do desafio a essa mesma ortodoxia.

A antropologia, ao partir de conceitos e frases populares — o discurso «indígena» —, trabalha no sentido da explicação, em termos de construções teóricas que incluem o seu discurso. A especificidade da antropologia, a este respeito, assenta na sua afirmação da diferença: diferença entre as culturas x ou y, tal como são expressas no discurso indígena que o antropólogo constrói na forma de etnografia. Diferença, também, entre esse discurso indígena e a linguagem da antropologia para a qual serão traduzidos certos aspectos. A antropologia devia, idealmente, primar pela arte da tradução. A este respeito, existem razões para se ser prudente ao conferir demasiada relevância ao elemento subjectivo do trabalho de campo, caso isto tenda a reificar a interacção pessoal, no que é a técnica exclusiva mais óbvia desta disciplina.

Tal perigo está directamente ligado à questão dos «estudos das mulheres» dentro da antropologia. Quando os estudos das mulheres se tornaram moda na antropologia britânica dos anos 60 e 70, uma série de antropólogos começaram a afirmar: a) que tinha havido, em especial na escola britânica, uma acentuada tendência masculina dentro desta disciplina. A etnografia era escrita sobretudo por homens (com algumas excepções, como Audrey Richards, Lucy Mair e Phyllis Kaberry — todas estudantes de Malinowski), sobre homens, no sentido em que a organização social era vista de uma perspectiva «masculina». Em clássicos como as monografias de Malinowski sobre as Trobriand (em particular *The Sexual Life of Savages*, que «trata de»

¹ Para uma discussão da observação participante de um ponto de vista diferente ver J. de Pina Cabral, 1983: 327-339, e B. J. O'Neill, 1984: 439-444.

sexo, casamento e procriação) ou de Firth, *We, The Tikopia*, o relato das actividades das mulheres não está à altura do ideal da observação participante. A maior parte da «densa descrição» destas etnografias quase não chega a fazer um esboço das mulheres; b) que, como corolário a esta tendência masculina, e seguindo a lógica da observação participante enquanto técnica fundamental da antropologia, alguns começaram a argumentar que o sexo do antropólogo é crucial na visibilidade da realidade etnográfica. Mais especificamente, as antropólogas seriam «melhores» no estudo das mulheres que os antropólogos. Esta linha ecoa uma polémica feminista muito mais abrangente, em que as mulheres começaram a assumir e a afirmar o valor de se ser mulher naquilo que se rotulou, em certas partes da sociedade ocidental, como um «mundo de homens». Daí que a aceitação de uma antropóloga como «membro masculino honorário» — o que ocorreu com algumas das antropólogas da geração mais antiga — da sociedade que haviam estudado (e, poder-se-ia acrescentar, da comunidade dos antropólogos) foi conotada bastante negativamente.

A reanálise da troca nas Trobriand, levada a cabo por Annette Weiner nos primeiros anos da década de 50, é um exemplo interessante desta tendência. Weiner fora originariamente para as Trobriand para estudar a feitura de trabalhos em madeira. Mas no primeiro dia de campo foi levada pelas mulheres da aldeia para ver «coisas de mulheres»: uma complexa troca da riqueza das mulheres que rodeia a morte, pontuando dessa forma os ritos funerários. Weiner recorre enormemente ao trabalho de Malinowski na sua reanálise, mas distingue a sua aproximação da dele e da de outros antropólogos que estudaram as Trobriand, na medida em que ela, enquanto mulher, teve acesso privilegiado ao mundo (e à interpretação do mundo?) das mulheres. Ao contrário dos seus predecessores masculinos, levou a sério o que pareciam ser molhos de folhas de banana e saias de fibras insignificantes e em bastante mau estado (cf. Strathern, 1981a). A unidade de análise que Weiner então acentua é a *dala*, que as mulheres, através do seu poder reprodutivo (que é distinto das suas conotações mais mundanas quando definido em relação ao homem), controlam, na eterna «reciclagem» de espíritos entre Tuma e as Trobriands (Weiner, 1977: 38-39).

A crítica que Strathern faz a Weiner é dirigida principalmente à moral universalista que deriva do caso trobriandês: nomeadamente, que as mulheres em geral operam nesta escala absoluta, implicando que, qualquer que seja a sociedade, há uma boa hipótese de, sujeita ao tipo correcto de perspectiva, se descobrir uma nova dimensão oculta se se levarem as mulheres a sério. Mount Hagen, estudado por Marilyn e Andrew Strathern, é um caso a apontar. Weiner sugeriu, na sua análise das Trobriand, que Strathern não tinha conseguido «levar a sério» (enquanto riqueza das mulheres) os sacos de rede que ela menciona no seu livro *Women in Between*. A refutação desta contestação é feita por Strathern com base no facto de a sociedade trobriandesa e Mount Hagen (Nova Guiné montanhosa) serem completamente diferentes.

Enquanto os Trobriandeses são matrilineares no seu reconhecimento da descendência, Mount Hagen é patrilinear: as mulheres em Mount Hagen estão «entre» o grupo de parentesco dos seus pais, em que nasceram, e o dos maridos, com quem se casarem. A análise de Strathern investiga o modo como as mulheres, enquanto actores sociais, se movem entre os grupos e, em certa medida, fazem uso da sua posição ambígua. Também mostra como as mulheres são usadas pelos grupos de homens como «vias» para a sua troca. Uma das novidades de análise de Strathern é a medida em que a atenção dada às mulheres sublinha um elemento estrutural que uma

perspectivação puramente baseada no grupo não consegue discernir. A insistência de Strathern em que o que se aplica ao povo Melpa pode não aplicar-se necessariamente aos seus vizinhos — e ainda menos aos Trobriandeses — também levanta algumas questões importantes quanto à metodologia e à antropologia como «ciência» comparada e generalizadora.

Embora focar certos actores sociais (que, por acaso, são mulheres) com práticas específicas, que são culturalmente variáveis, possa parecer um procedimento metodológico legítimo quando complemento da atenção dada a outros actores sociais, a afirmação de que a visão das mulheres (por mulheres e para mulheres) como categoria absoluta produzirá resultados analíticos iconoclastas é dificilmente justificável. Vista desta forma, a unidade de análise é crucial. Se nos estamos a debruçar sobre uma comunidade (população local, freguesia, ou aldeia), então é lícito esperar que se nos deparem certos grupos e certos actores: entre estes é lógico esperar encontrar mulheres. Parece não haver nenhuma razão especial para que as antropólogas sejam melhores no estudo destes grupos ou actores — não mais do que o corolário de que deviam ser piores no estudo dos grupos e actores masculinos! Pelo contrário, parece haver bastantes razões para argumentar no sentido da inclusão destes grupos e actores nas análises da tendência dominante, e não no sentido de relegar estes para um gueto teórico. Se considerarmos a casa, o grupo doméstico, ou a família como a nossa unidade analítica, é, mais uma vez, a preparação teórica, mais do que qualquer «revelação» concedida pela observação participante, que é considerada crucial.

Na análise das transformações nas áreas rurais, tanto «comunidade» (ou outro sinónimo menos problemático), como «casa» ou «família», têm sido propostas como unidades de análise em várias alturas e com vários objectivos teóricos (por exemplo, Ferreira de Almeida, 1977, 1981). Entendemos por «unidade de análise» não uma entidade hermeticamente fechada, mas antes um meio para observar, experimentalmente, o funcionamento de forças sociais mais vastas dentro de um quadro «local» abarcável. Mas, como antropólogos, não aceitaremos, necessariamente, como «neutras» ou «dadas» as dimensões desta unidade de análise no que diz respeito aos actores. Será nossa tarefa articular as especificidades de tal quadro (conceitos e linguagem corrente indígenas) e, a partir daí, ligá-las a argumentos mais abrangentes entre os antropólogos.

O facto de o que se chama uma «unidade de análise» poder corresponder a «algo» que, em maior ou menor grau, pertence à realidade popular é um factor da maior importância. «Comunidade» e «família» são disto duas ilustrações clássicas. Ambas pertencem ao discurso do senso comum e, no entanto, ambas foram usadas ou sugeridas como marcos de referência para a análise de questões sociais mais latas (poder, classe, etc.). Parece-me que, neste ponto de intersecção, a sociologia e a antropologia têm muito que oferecer uma à outra.

Por um lado, a sociologia pode delinear áreas de interesse teórico: por exemplo, pode designar as donas de casa como categoria problemática na teoria da classe social. Por outro lado, a antropologia, da posse do conhecimento desta área problemática teórica, pode iniciar a exploração das dimensões da imagem popular de dona de casa. Isto não depende de uma empatia mágica entre antropóloga-dona de casa e dona de casa-dona de casa; depende, sim, da exploração lógica deste campo — uma escavação do quotidiano. Na secção seguinte abordarei esta ilustração da dona de casa um pouco mais de perto no contexto da transformação rural.

TRABALHO DOMÉSTICO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO CAMPO?

Nesta parte da comunicação, a unidade de análise em que se construirá o argumento será a *exploração familiar*. Esta unidade de análise é um modelo teórico que não pretende reflectir a realidade empírica. A este respeito, o objectivo é bastante diferente do de, digamos, O'Neill, que rejeita o termo *small family farm* («pequena exploração familiar») na sua discussão da pequena propriedade em Trás-os-Montes (O'Neill, 1984: 50-51). Mais especificamente, O'Neill rejeita o uso deste termo porque a pequena propriedade de que está a tratar não é pequena, não é estritamente familiar e a sua produção não é primariamente dirigida ao mercado.

Exploraremos aqui a relação lógica entre categorias de um modelo que pode ser usado no primeiro passo da investigação, que, como já foi discutido na secção 1 desta comunicação, compreende três etapas: 1) a preparação teórica; 2) o estudo empírico; 3) o processo de «tradução».

Esta parte da comunicação toma como ponto de partida teórico a hipótese de existirem duas tendências ou direcções básicas de mudança nas áreas rurais camponesas:

- 1) Em direcção à produção mercantil simples (cf. Friedmann, 1978, 1981);
- 2) Em direcção à proletarianização — quer através de estratégias agrícolas que ocupam parte do seu tempo, em que um salário fora da agricultura é combinado com um uso continuado da terra, sobretudo como meio de subsistência, quer através do abandono da agricultura (cf. Barthez, 1983).

Estas duas tendências foram observadas em outras partes da Europa e podem servir como modelo geral, especialmente tendo em conta o acesso de Portugal à CEE, em 1986. Este modelo não reflecte, assim, as permutas da realidade empírica, servindo antes como base da construção de um argumento teórico.

Se aceitarmos isto, poderemos discutir em seguida o problema teórico de como a «inclusão das mulheres» na análise da transformação rural pode provocar uma revisão das categorias estabelecidas da economia política que têm sido utilizadas na teoria da produção mercantil simples, ou pequena agricultura.

A economia política tem fornecido conceitos para a teorização da exploração familiar agrícola no capitalismo². As relações de produção e reprodução que têm sido distinguidas dentro desta unidade de análise sugerem que se baseiam em princípios que não os que mobilizam as relações sociais capitalistas de produção. Esta posição apela para uma noção implícita de moralidade de parentesco ou família que estaria de algum modo separada ou para além do alcance do ideal de maximização (cf. Marc Bloch, 1973). Dentro da microeconomia, os motivos e efeitos da acção podem ser bastante diferentes dos que operam a um nível macro. A maximização, como objectivo intemporal e universal, pode ter pouco sentido ao longo da larga

² Esta afirmação baseia-se primariamente na minha leitura da contribuição seminal de H. Friedmann para a elaboração da produção mercantil simples como categoria da economia política (Friedmann, 1978, 1981). Deve distinguir-se da definição dada por Freitas, Ferreira de Almeida e Cabral, 1976: 115.

gama de escalas temporais que coexistem como base da vida social e económica.

Esta perspectiva da exploração familiar agrícola é de considerável interesse quando nos confrontamos com a questão do trabalho doméstico e da agricultura. A especificidade da exploração familiar agrícola, como forma de produção agrícola perspectivada através das categorias da economia política, tem sido definida como a combinação, por um lado, da posse dos meios de produção e, por outro, do trabalho familiar, que põe em funcionamento esses mesmos meios de produção; esta forma depende, através da venda de produtos e da compra de *inputs* (para o consumo «produtivo» e «pessoal»), do modo de produção capitalista que a recobre, mas distingue-se deste pelas suas relações internas. Assim, Friedmann escreve:

A lei de valor deixa de se aplicar nos limites da empresa de produção mercantil simples, cujas relações internas são governadas por outros princípios, em geral pelas variações de divisão sexual do trabalho, obrigações de parentesco e patriarcado (1981: 12).

O problema que esta proposição levanta é extremamente interessante para a análise da transformação rural. Sugere que é possível que haja uma continuidade entre «camponês» e «produção mercantil simples», no sentido em que as relações internas do segundo são governadas por «outros princípios». Quer isto dizer que existe, segundo esta perspectiva, uma espécie de segunda esfera que abrange a divisão sexual do trabalho, obrigações de parentesco e patriarcado, para além da influência, alcance ou efeitos das relações externas.

Este aspecto da classificação tripartida de Friedmann das relações sociais da unidade de produção mercantil simples, sobre que concentrarei a minha atenção, é o do consumo pessoal, deixando de lado, de momento, a produção e o consumo produtivo. Friedmann define consumo pessoal como a garantia de que os produtores directos têm artigos de consumo suficientes para participarem numa nova leva de produção» (1978: 555). Para os produtores directos, a provisão do consumo pessoal parece incluir o processo de trabalho que se define (culturalmente) como trabalho doméstico. O facto de se encontrar fora do «trabalho» que é consagrado ao consumo produtivo (a manutenção ou substituição de ferramentas, terra, animais, sementes, adubos, máquinas) ou à produção em si (o trabalho que tem a ver com os produtos para venda) é significativo e problemático. Pois, se se distingue a família em parte pelo facto de ela vender os produtos do seu trabalho e de os seus membros não receberem «salário» (como seria o caso se trabalhassem para um patrão), torna-se difícil determinar com exactidão de onde provêm as categorias de produção e de consumo produtivo. Que parte do processo de trabalho se considera «produtivo» e que parte «consumo produtivo»? Seguindo o mesmo raciocínio lógico, não será a classe de actividades designadas por «consumo produtivo» que permite ao «produtor directo» efectuar as suas actividades diárias de consumo produtivo e produção? Por que razão se distingue entre graus de «produtividade»?

O problema com estas categorias e a sua atribuição a diferentes partes do processo de trabalho é que elas parecem ser uma réplica das espécies de categorias externas à unidade e aplicáveis às relações «capitalistas». Se as relações internas são de facto governadas por outros princípios, será que isto acontece apenas ao nível da interacção pessoal, ou pressuporá um repensar das categorias com que são conceptualizadas diferentes partes do

processo de trabalho? Esta é precisamente a crítica que foi feita de modo mais geral, por Barthez às análises da agricultura baseada na família que usam como ponto de referência a organização industrial do trabalho (Barthez, 1983: 19-20). Estas análises têm tendido, segundo Barthez, a focar a atenção sobre a proletarização dos camponeses (através do emprego adicional de trabalho pago), ou sobre os agricultores como chefes de empresa. Barthez interroga-se se é correcto, ou mesmo possível, aplicar à agricultura baseada na família a distinção entre família e empresa — sendo estas distinções adequadas à organização do trabalho industrial. Resultante desta assimilação analítica da empresa familiar a qualquer empresa industrial, através da transposição de categorias desta última para a primeira, depara-se-nos uma outra assimilação, através da qual também estão ausentes as categorias do sexo: «la femme est assimilée à l'homme» (1983: 20). Para Barthez, o problema do repensar dos estudos agrários está ligado, desde o início, com o considerarem-se as mulheres na agricultura como categoria socialmente específica. Barthez advoga a construção de uma análise que, em vez de observar a «condição das mulheres» na agricultura, considerasse explicitamente a sua *opressão*. Esta opressão pode ser vista no modo como as mulheres são conceptualizadas, isto é, nas conotações naturalistas de um «estudo de mulheres»: registar e descrever as «mulheres», mais do que analisar as distorções inerentes às suas «descrições»³.

O trabalho doméstico dentro da agricultura aparece, nesta perspectiva, como um estudo de caso. Ao distinguir-se entre «produção» e «reprodução» na exploração agrícola — como eu próprio o fiz (Bouquet, 1982) —, introduzem-se categorias adequadas à análise das relações capitalistas. Enquanto Friedmann aponta claramente para a *especificação dupla* das relações de produção na exploração familiar agrícola — existem, ao mesmo tempo, relações internas e externas (dado que a forma depende do modo de produção) —, a qualidade distintiva dessas relações internas corre o risco de se perder se utilizarmos categorias que distingam *tipos* de trabalho (trabalho doméstico e agrícola como claramente diferentes), em vez de relações sociais de produção entre membros de uma família (incluindo ou não outras pessoas).

Vistas as coisas deste modo, é bastante difícil referirmo-nos à divisão sexual do trabalho, por exemplo, como princípio interno a utilizar na explicação das relações sociais da exploração familiar agrícola. A divisão do trabalho entre sexos, pelo contrário, requer um relato do conjunto das relações entre os homens e mulheres na agricultura. Tal relato visa o património, o casamento e a sucessão, não apenas como elementos estruturais-chave durante um longo período de tempo, mas também como elementos que matizam o carácter do trabalho doméstico e a sua distribuição na agricultura. Barthez nota, ao falar da competência profissional requerida para a prática da agricultura, que uma pessoa se torna agricultora *através* da família («On devient agriculteur ou agricultrice par la famille», 1983: 22). Os eventos estruturais que rodeiam o património, o casamento e a sucessão estão

³ Um artigo recente de Symes e Marsden fornece um exemplo deste tipo de aproximação retirado da Europa meridional (Symes e Marsden, 1983). Começam por afirmar que, dentro da sociedade agrícola britânica dos nossos dias, pouco se sabe das actividades das mulheres, quer para dentro quer para lá da cancela da quinta. Lamentam que, além do trabalho de Gasson, 1980, 1981, não se tenha devotado nenhum estudo ao papel das mulheres na economia agrícola.

também ligados a noções de competência (cf. Ferreira de Almeida, 1981: 387).

Embora a herança seja, em teoria, igualitária em França, «les chefs d'exploitation sont prioritairement des hommes et non des femmes, dans la même manière que dans le secteur salarié l'homme est prioritairement affecté à l'activité professionnelle, la femme à l'activité domestique» (Barthez, 1983: 28). Assim, argumenta Barthez, as mulheres são, de modo relativo, deserdadas, não no sentido de serem herdeiras propriamente ditas, mas na medida em que «elles ne sont pas responsables de la mise en valeur du patrimoine qui, dans l'agriculture, est aussi moyen de production». Embora as herdeiras de um património agrícola sejam compensadas, são normalmente os homens que herdaram e que o tornam produtivo através do trabalho familiar após o casamento. Assim, enquanto, para os homens, o casamento constitui o meio de inserção profissional, para as mulheres representa o obstáculo.

Se tomarmos isto como modelo de relações estruturais, uma vez que a nossa unidade de análise entre na produção de mercado, podemos em seguida pôr a hipótese de as estratégias desenvolvidas pelas mulheres virem a variar culturalmente. Barthez escreve sobre a luta das agricultoras francesas para modificarem a distribuição de trabalho entre os membros da família, e assim provocarem uma transformação nas relações sociais dentro da unidade (1983: 43). Delphy, por outro lado, nota que é ao mesmo tempo fascinante e entristecedor ver as mais dinâmicas dentre elas colocarem um espaço geográfico entre o seu trabalho (isto é, o trabalho «profissional», não doméstico) e a casa: como se a casa em si segregasse gratuidade, como se o lar fosse um edifício de pedra em que se fundasse a sua dependência. Mas como nota Delphy, o seu local de trabalho poderia estar a 500 quilómetros da casa ou mesmo da Terra: a relação doméstica de produção nada tem a ver com as distâncias — poderia estender-se a Tombuctu (Delphy, 1983: 14-15).

No caso das mulheres dos agricultores do Sudoeste de Inglaterra (e, mais geralmente, nos Uplands de Inglaterra e Gales), que foram excluídas da produção agrícola, algumas delas comercializaram uma parte do seu trabalho doméstico através da instituição do «alojamento de visitas» (*taking in visitors*)⁴ (Bouquet, 1985). Sugiro que, em termos de categorias locais, os hóspedes fazem a sua entrada nas relações sociais de produção entre os membros da família de modo específico. Em poucas palavras, a presença de hóspedes justifica o desejo de fazer alterações numa casa⁵ à qual, devido ao sistema de herança «sopesado», através do qual é normalmente o filho que fica com a quinta, uma mulher chega, quer por casamento, quer depois da «reforma» dos seus sogros. Na minha opinião, as coacções sociais às mudanças que uma mulher possa fazer na casa em que se casou podem ser maiores que as financeiras. As visitas, que representam outra fonte de rendimento para a família, também fornecem um pretexto para se falar de melhoramentos na casa — tanto os que são «necessários» para se alojarem as «pessoas de fora» (com hábitos e gostos urbanos «esquisitos»), como os

⁴ Optou-se por traduzir *visitor* por «visita», e não por «hóspede» (*guest*), pois existe, em inglês, uma distinção, embora subtil, entre esses dois conceitos. Enquanto, no *guest house*, as relações que se estabelecem entre o hóspede e quem hospeda são de carácter quase sempre comercial, no caso da díade *family farm/visitor*, essas relações são mais personalizadas.

⁵ Fazer «alterações» na casa é uma espécie de obsessão cultural entre os ingleses — provavelmente é expressão do conceito de «casa», que se concentra na esfera doméstica.

que são efectuados para além da «necessidade» e se tornam símbolos de consecução dentro do discurso. As visitas, a categoria exterior, permitem uma mudança no que, de outro modo, permaneceria um discurso familiar: constituem o meio para se alcatifar e modernizar a cozinha, pois «temos de lá viver quando há cá visitas». Ao cuidar das visitas, a mulher do agricultor exerce um considerável controlo sobre a organização doméstica e, através dela, sobre a família mais chegada. Também exerce uma influência indirecta sobre a família em que se casou, conceptualizada como um processo que se estende, sincronicamente, ao longo de uma rede de parentes e, diacronicamente, ao longo de uma série de gerações (cf. Bouquet, 1986).

Um problema comparado para o estudo do contexto rural português diz respeito às relações sociais da agricultura doméstica. Onde se vende parte da força de trabalho familiar — normalmente dos adultos do sexo masculino — fora da agricultura (quer diariamente, quer através da migração internacional) tem sido normal falar-se da sua «feminização». Wall, por exemplo, mostrou o modo como as mulheres que permanecem conseguem (ou não conseguem) acomodar-se às muitas espécies de trabalho, tanto agrícola como doméstico, quando sozinhas (Wall, 1982, 1984). Contudo, é evidente que, além das mulheres, os velhos e os muito novos são também levados a fazer trabalho agrícola. O processo de circulação de pessoas entre lugares rurais-agrícolas de origem e destinos urbano-industriais leva uma série de anos a efectuar-se, envolvendo-se neste processo a família e a rede de parentesco. Embora a emigração possa ser individual e masculina, faz parte de uma estratégia familiar mais alargada, que, por seu turno, é harmonizada com possibilidades locais. No seu trabalho sobre Meimão, Reis e Nave argumentam que o processo de emigração tem uma orientação aldeã; demonstram como o trabalho na construção civil em França está adaptado ao estilo de vida rural e aos objectivos dos camponeses (Reis e Nave, 1986). A este respeito poder-se-ia questionar até que ponto as mulheres tomam de facto as responsabilidades da agricultura: se a unidade da análise é a família, e não a categoria das «mulheres», isso poderá produzir respostas deveras diferentes.

Uma das contribuições metodológicas da antropologia devia ser clarificar o nível da rede local em que se localiza a unidade de análise e investigar a sua importância para o mercado. Se as percentagens de migração internacional decrescem com a crise da economia europeia e as quotas de produção e subsídios da CEE se combinam para promover a polarização da pequena agricultura numa completa proletarianização (abandono) para alguns e da produção mercantil simples para os restantes, poderá predizer-se que isso alterará as relações sociais da produção, mais particularmente o carácter feminizado da agricultura. No entanto, seria surpreendente que tal transição se pudesse fazer sem se recorrer aos processos familiares e de parentesco — como se pode verificar em estudos de produção mercantil simples noutras partes. Esta modalidade do parentesco não se limita à (imaginária) família nuclear, nem mesmo às «sociedades primitivas» (como pensavam os antropólogos dos princípios do século xx). Neste contexto, será interessante debruçarmo-nos sobre as relações familiares e sociais de produção, em

⁶ Existe no conceito popular de *family farm* algo de combinação imaginativa. Lembra-nos a observação de Umberto Eco:

Este é, com efeito, o poder da imaginação que, combinando a memória do ouro com a da montanha, consegue compor a ideia de uma montanha dourada. (1980, 1983: 188).

particular em áreas da chamada «agricultura feminizada», durante os próximos anos. Esta área tem uma importância fundamental não só nas relações masculinas e femininas, mas também na recomposição do campo português e, em termos mais gerais, nas relações futuras entre as zonas urbanas industriais e rurais.

CONCLUSÃO

Na primeira parte desta comunicação argumentei contra a mistificação (ou reificação) da observação participante — referindo-me especificamente à análise das mulheres. Argumentei a favor da sua contextualização, argumento que requer a construção de uma unidade de análise. Se quisermos analisar a agricultura doméstica através das categorias da economia política, poderemos empregar a teoria da produção mercantil simples. Esta teoria faz referência aos princípios internos que são distintos da racionalidade capitalista. Entre estes princípios depara-se-nos a noção de parentesco ou de moralidade familiar. Esta moralidade estende-se para além da família mais chegada: está enraizada na rede local, que forma um nível crítico intermédio entre a unidade de análise e (por exemplo) o mercado. O meu argumento é que este nível pode representar um elemento central de continuidade no processo de transição por que está a passar neste momento o campo português.

O desenvolvimento da antropologia europeia dentro da tradição anglo-saxónica levou à adopção de uma perspectiva muito influenciada pelo legado de uma determinada trajectória dessa escola. No início, Malinowski, por exemplo, aceitava a família como unidade quase «natural» na análise dos «exóticos». Acentuava a realidade de carne e osso das relações intrafamiliares, a que ele chamava a «situação inicial» do parentesco (Malinowski, 1930). Mais tarde, as contribuições de Firth, Radcliffe-Brown, Fortes e Goody modificaram-na, nomeadamente pelo desenvolvimento dos conceitos *linhagem* e *grupo doméstico* (cf. Goody, 1984). É nesta conjuntura que a antropologia social volta a encontrar-se, no contexto dos estudos rurais, com outra subdisciplina do pensamento sociológico: a sociologia rural. No momento em que a família como unidade de análise está a despertar interesse (em particular a exploração familiar agrícola) na sociologia rural, a antropologia começa a explorar as dimensões dessa, como um dos nossos conceitos populares, como, por exemplo, tem feito Strathern no caso inglês (Strathern, 1981b). É também aqui que possuímos um marco de referência com que analisar as mulheres como actores sociais e com que reter a sua discussão na tendência dominante de teoria sociológica.

BIBLIOGRAFIA

- Barthez, A., 1983, «Le travail familial et les rapports de domination dans l'agriculture», in *Nouvelles Questions Féministes*, n.º 5, Paris, Printemps, pp. 19-46.
- Berreman, G. D., 1962, «Behind many masks: Ethnography and Impression Management in a Himalayan Village», Monograph 4, Nova Iorque, Society for Applied Anthropology.
- Bloch, M., 1973, «The Long and the Short Term: the Economic and Political Significance of the Morality of Kinship», in J. Goody (org.), pp. 75-87.
- Bouquet, M., 1985, *Family, Servants and Visitors. The Farm Household in Nineteenth and Twentieth Century*, Devon, Norwich, Geo Books.
- Bouquet, M., 1982., «Production and Reproduction of Family Farms in south-west England», in *Sociologia Ruralis*, vol. XXII, n.ºs 3/4, Assen, pp. 227-244.
- Bouquet, M., 1986, «'You Cannot be a Brahmin in the English countryside.' The partitioning of status and its representation within the farm family in Devon», in A. P. Cohen (org.), *Symbo-*

- lizing boundaries: Identity and Diversity in British Cultures*, Manchester, Manchester University Press.
- Delphy, C., 1983, «Agriculture et travail domestique; la réponse de la bérigère à Engels», in *Nouvelles Questions Féministes*, n.º 5, Paris, Printemps, pp. 3-17.
- Eco, U., 1980, 1983, *The Name of the Rose*, Londres, Picador.
- Ferreira de Almeida, J., 1977, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 52, Lisboa, GIS, pp. 789-828.
- Ferreira de Almeida, J., 1981, «Alguns problemas de teoria das classes sociais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, Coimbra, pp. 361-388.
- Firth, R., 1936, 1983, *We, The Tikopia*, Stanford University Press.
- Firth, R., 1957, *Man and Culture*, Londres, RKP.
- Freitas, E. de, Ferreira de Almeida, J., e Cabral, M. Villaverde, 1976, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Lisboa, Editorial Presença.
- Friedmann, H., 1978, «World market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour», in *Comparative Studies in Society and History*, 20, Michigão, pp. 545-586.
- Friedmann, H., 1981, «The Family Farm in Advanced Capitalism: Outline of a Theory of Simple Commodity Production in Agriculture», American Sociological Association, Toronto, Agosto, manuscrito.
- Geertz, C., 1971, «Deep play: notes on the Balinese Cockfight», in C. Geertz (org.), *Myth, Symbol and Culture*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- Goody, J. R. (org.), 1973, *The Character of Kinship*, Cambridge, CUP.
- Goody, J. R., 1984, «Under the Shadow of the Lineage», Radcliffe-Brown Lecture, Londres.
- Graburn, N., 1971, *Readings in Kinship and Social Structure*, Nova Iorque, Harper and Row.
- Malinowski, B., 1929, 1982, *The Sexual Life of Savages*, Londres, RKP.
- Malinowski, B., 1930, «Kinship», in *Man*, vol. XXX, n.º 2, pp. 19-29, e in Graburn (org.), pp. 12-18.
- O'Neill, B. J., 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pina Cabral, J. de, 1983, «A observação participante na etnografia portuguesa», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 2, Lisboa, pp. 327-339.
- Reis, M., e Nave, J. G., 1986, «Emigrating peasants and Returning Emigrants: Emigration with Return in a Portuguese village», in *Sociologia Ruralis*, vol. XXVI, n.º 1, pp. 20-31. (Número especial: «Portuguese Perspectives».)
- Strathern, M., 1972, *Women in Between. Female roles in a male world, Mount Hagen, New Guinea*, Londres e Nova Iorque, Seminar Press.
- Strathern, M., 1981a, «Culture in a netbag: the manufacture of a subdiscipline in anthropology», in *Man* (N. S.), 16, Londres, pp. 665-688.
- Strathern, M., 1981b, *Kinship at the Core. An Anthropology of Elmdon, a village in north-west Essex in the nineteesixties*, Cambridge, CUP.
- Symes, D., e Marsden, T., 1983, «Complementary roles and asymmetrical lives. Farmers' wives in a large farm environment», in *Sociologia Ruralis*, vol. XXIII, n.ºs 3/4, Assen., pp. 229-241.
- Wall, K., 1982, *A Outra Face da Emigração: Estudo sobre as Mulheres Que Ficam no País de Origem*, Lisboa, «Cadernos Condição Feminina», n.º 14.
- Wall, K., 1982, «Mulheres que partem e mulheres que ficam», in *Ler História*, n.º 3, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 53-63.
- Weiner, A., 1977, *Women of Value, Men of Renown. New Perspectives in Trobriand Exchange*, Austin, University of Texas Press.